

Exploração do trabalho na acumulação integral: estratégias para contornar a crise no processo de valorização do capital

Diego Marques Pereira dos Anjos*

Já se disse que as relações sociais capitalistas somente podem ser reproduzidas se constantemente revolucionadas, isto é, transformar e superar as barreiras colocadas à necessidade crescente de acumulação de capital. Embora seja uma relação social marcada pelos conflitos de classe que surgem na própria fonte da exploração, a extração de mais-valia, a classe capitalista possui a hegemonia de assumir o sentido de condução da sociedade capitalista, contando para tanto com um sistema de instituições que reafirmam e reforçam seus interesses estabelecidos historicamente, conseguindo superar a condição de concorrência que marca os capitalistas individuais:

os primeiros (capitalistas) não fazem face separadamente aos trabalhadores em seu conjunto, nem estes últimos (trabalhadores) afrontam o capital no seu conjunto. O estado e a ideologia capitalistas servem de garantia aos interesses coletivos dos capitalistas, à manutenção das relações de produção existentes (MATTICK, 1977, pgs. 252\3).

Enquanto que para os trabalhadores trata-se de estabelecer um interesse coletivo para fazer frente aos limites da dependência do trabalho frente ao capital. Do conflito entre capitalistas e trabalhadores, tem-se uma determinada divisão do produto do trabalho social, correspondendo a lucro e salário, a “lei” fundamental da sociedade capitalista contamina essa divisão, a maior acumulação de capital se volta contra a parte que cabe aos trabalhadores, que se interessam, no imediato, somente pelo aumento de salários para o correspondente aumento do consumo¹.

Como argumentaremos logo abaixo, o processo de valorização do capital, ancorado na organização do trabalho e conseqüente extração de mais-valia, passa por transformações históricas e sociais visando a manter e aprimorar a valorização e acumulação de capital. Mas a condição fundamental para a sua existência, a relação de exploração de classe, também é determinação condicionante nos momentos em que essa relação social entra em colapso e ruptura, devido ao questionamento da classe operária e à tendência declinante da taxa média de lucro. Visando a contornar as dificuldades

* Graduado em história pela PUC-Go e mestrando em Ciências Sociais pela UNESP - Universidade Estadual Paulista/ Marília, SP.

¹“É tão-somente uma tautologia dizer que as crises são causadas pela falta de consumo solventes, ou de consumo pago. O sistema capitalista não conhece outros modos de consumo, que não os pagos, com a exclusão dos miseráveis e dos ladrões” (MARX apud Sweezy, 1986, p. 125).

históricas e a manter a reprodução do ciclo do capital, a classe capitalista, auxiliada pelo estado e classes como a burocracia e a intelectualidade, intervém no processo de organização do trabalho produtivo para se apropriar de maior tempo de sobre-trabalho. As mudanças no processo de extração de mais-valia não alteram a essência desse processo, que é a de valorização do capital, ao contrário, visam a manter a reprodução desse processo, são mudanças para que se mantenham a reprodução da ordem social capitalista, não afetam o modo de produção capitalista, mas sim a forma de acumulação histórica em que se realiza o ciclo do capital. Uma forma histórica de acumulação capitalista significa determinada forma de valorização do capital, ou o que é o mesmo, determinada forma de relação entre as classes sociais fundamentais da sociedade capitalista, a saber proletários e burgueses. O conceito de regime de acumulação apresenta a evolução do desenvolvimento do modo de produção capitalista em suas fases específicas, de acordo com a dinâmica da luta de classes e da evolução das relações sociais em geral. Nildo Viana define um regime de acumulação como:

um determinado estágio do desenvolvimento capitalista, marcado por determinada forma de organização do trabalho (processo de valorização), determinada forma estatal e determinada forma de exploração internacional (...). O regime de acumulação, portanto, é a forma que o capitalismo assume durante o seu desenvolvimento. O desenvolvimento capitalista, no entanto, possui uma tendência, determinada em sua própria essência: a produção de mais-valor. O desdobramento da produção de mais-valor é a acumulação de capital e este, por sua vez, gera a reprodução ampliada e a centralização e concentração do capital, gerando a expansão mundial do capitalismo e a exploração internacional, ao lado da ação estatal no sentido de garantir todo este processo (VIANA, 2009, p. 30/31).

Após a estabilização histórica do predomínio da acumulação capitalista, pondo fim a acumulação primitiva de capital, desenvolvem-se o regime de acumulação extensivo que dura até fins do século XIX, e que é caracterizado pela extração de mais-valia absoluta, pelo estado liberal e pelo neocolonialismo; o regime de acumulação intensivo surge em fins do século XIX e dura até o fim da segunda guerra mundial, é fundamentado na busca de aumentar a extração de mais-valia relativa, através do taylorismo, do estado liberal-democrático, resultado das pressões das lutas operárias na conquista de direitos sociais, e pelo imperialismo financeiro; durante o auge do desenvolvimento capitalista, período que já foi chamado de as décadas gloriosas do capital que dura de fins da década de 1940 a fins da década de 1970, ocorre a expansão mundial do modo de produção capitalista com a transformação de quase todas as nações do mundo em países capitalistas, o que resulta no estabelecimento do regime de acumulação intensivo-extensivo, sendo que as características da acumulação intensiva se

limitam aos países de capitalismo desenvolvido e a acumulação extensiva (fundada na super-exploração do trabalho) é dominante nos países de capitalismo subordinado, o que foi complementado pelo estado integracionista e pela expansão do capital oligopolista transnacional. O atual regime de acumulação se caracteriza pela generalização mundial da exploração intensificada, baseada no toyotismo que consegue administrar simultaneamente métodos de extração de mais-valia absoluta e relativa, formação do estado neoliberal e do neoimperialismo nas relações internacionais como instrumento para aumentar a transferência de mais-valia das nações subordinadas para os países imperialistas (VIANA, 2009). Para os objetivos de nossa explicação sobre a exploração do trabalho na acumulação integral faz necessário que comecemos por entender como ocorreu a transição do regime de acumulação intensivo-extensivo para o atual, regime de acumulação integral.

A correlação de forças no regime de acumulação fordista foi desfeita com a intensificação da queda da taxa de lucro desde meados dos anos 60 (HARVEY, 1998; VIANA, 2009) e com a radicalização da luta de classes (movimento estudantil, contestações teóricas, movimento operário, greves selvagens, movimentos de libertação nacional, revoltas camponesas, etc.) ao redor do mundo. A reprodução da sociedade capitalista se tornava tanto mais abalada quanto emergiam contestações e alternativas de superação da sociedade. Foi necessária uma reação histórica que permitisse a viabilidade da reprodução capitalista, já que a subordinação harmônica dos trabalhadores estava rompida, e para tanto o capital se desprende em nome da liberalização e desregulamentação:

O papel desempenhado pela internacionalização do capital, no processo de desregulamentação cumulativa dos mecanismos associados à regulação fordista, adquire importância ainda maior, quando se leva em conta a internacionalização do capital monetário, ao mesmo título do que a do capital produtivo, isto é, como expressões distintas, mas interligadas, de um movimento único de libertação do capital de todas as instituições que enquadravam e “regulavam” suas operações (CHESNAIS, 1996, p. 299).

Assim, o movimento de reprodução ampliada do capital avança para novos caminhos remodelando as ações do estado, de face neoliberal, reconfigurando novas relações internacionais marcadas pelo neoimperialismo (VIANA, 2009; HARVEY, 2004), e, sobretudo, transformando a organização do processo de trabalho, elevando o grau de exploração do trabalho² através da junção das duas estratégias de extração de

² A taxa de exploração é definida pela “razão entre a mais-valia (tempo de trabalho excedente) e o valor da força de trabalho (tempo de trabalho necessário)” Alfredo Saad Filho, Salário e exploração na teoria marxista do valor, In Economia e Sociedade, Campinas, (16): 27-42, jun. 2001.

mais-valia, absoluta e relativa³, em escala mundial. A partir da unificação dessas estratégias podemos compreender as transformações que aconteceram na esfera das relações de produção, o seu motivo de ser, a forma que assumiram, e o que essas transformações apontam no desenvolvimento da sociedade capitalista.

Marx analisa que entre as “tendências contrariantes” à tendência declinante da taxa de lucro possui papel fundamental a “elevação do grau de exploração do trabalho”, tanto por meio da intensificação do processo de trabalho quanto pela extensão da jornada de trabalho. Intensificação do trabalho significa que num determinado período de tempo se objetiva “transformar o máximo possível de dada massa de trabalho em mais-valia” e em relação ao capital adiantado empregar o “mínimo possível de trabalho”⁴, objetivo este alcançado através da renovação do capital constante (novas máquinas, instalações, energias mais produtivas) em relação à estagnação de sua parte variável. Marx situa os procedimentos que aumentam a extração de mais-valia relativa como “tendências conflitantes” na medida em que, acarretam aumento da taxa de mais-valia, mas que implicam queda na massa de mais-valia, pois a massa de mais-valia é medida multiplicando a taxa de mais-valia pelo número de trabalhadores que estão ocupados (MARX, 1983, p. 178) enquanto que a taxa de mais-valia somente se mede sobre o capital variável (Ibidem, p. 179), isto significa que há elevação do grau de exploração do trabalho ao mesmo tempo em que se impossibilita que com o mesmo capital se explore tanto trabalho quanto antes. Contudo, Marx, destaca dois momentos de intensificação do trabalho que são exceções ao processo de desvalorização da mercadoria, ou de redução do tempo de trabalho vivo, estes momentos correspondem à “velocidade acelerada da maquinaria” que se desenvolve mas sem alterar o preço do trabalho que ela mobiliza, e à “melhoria dos métodos” quando sobe a massa de produtos em relação à força de trabalho utilizada⁵, apontamentos estes que nos são fundamentais para compreender intensificação do processo de trabalho na acumulação integral.

Quanto ao prolongamento da jornada de trabalho, que Marx considera como invenção da indústria moderna, permite aumentar a massa de mais-trabalho apropriada sem que se altere a relação entre a força de trabalho empregada e o capital constante posto em movimento, quando não diminui relativamente a quantidade de capital constante

³ Harvey, 1998; Mészáros (2006); Vasapollo (2006) Antunes (2002) Viana (2009).

⁴ O Capital, 1983, livro III, p. 178.

⁵ O Capital, 1983, livro III, pgs. 177\8.

mobilizada (Ibidem, p. 177). Daí que o prolongamento da jornada de trabalho seja recorrente, embora muitas vezes disfarçada sob atividades diferentes.

A afirmação histórica da tendência declinante da taxa de lucro foi analisada por diversos autores, enfocando diversos aspectos; não pretendemos aqui esgotar o tema, nem tampouco definir uma determinação única, mas ressaltar que acolhemos essas diversas explicações na medida em que estas, no seu conjunto, apontam para o aumento da composição orgânica do capital e sua correspondente tendência de declínio da taxa média de lucro. Articulando as diversas concepções dispomos de importantes contribuições para demonstrar como a nova organização social do trabalho, isto é, a reconfiguração das relações de produção, foi a resposta necessária para se manter a reprodução da valorização do capital, e esta se encontra como elemento fundamental do novo regime de acumulação integral, alterando mais uma vez o destino das massas trabalhadoras no interior da sociedade capitalista, desta vez generalizando a degradação das condições de vida do conjunto da população mundial, intensificando fenômenos sociais como distúrbios psicológicos, doenças variadas relacionadas ao trabalho, comportamento apático e desconectado de mobilizações coletivas.

Trata-se então de analisarmos a nova forma de socialização da classe trabalhadora, como as grandes massas de indivíduos, que não têm nada mais a vender que a não ser a si mesmo, são inseridas como trabalhadoras numa sociedade em que tudo o que existe está reificado na forma da mercadoria. Dejours (1999) fala em processo de dessocialização, enquanto que Laura Soares (2002) fala em uma nova “reintegração social”. Demonstraremos agora a criação das condições sociais necessárias para a emergência do tortuoso destino das massas trabalhadoras sob a forma contemporânea de se acumular capital.

Robert Brenner (2003) analisa o “longo declínio” iniciado na década de 70, marcado pela interrupção e inversão do desenvolvimento econômico pós-guerra. Para Brenner já na década de 1960 tem se o início do excesso de capacidade e de produção, que resulta na redundância de produtos (BRENNER, 2003, p. 55) seguida pela diminuição na taxa média de lucro na manufatura (Ibidem, p. 57). Assim, a reação dos produtores à queda na lucratividade é avançar sobre a mão de obra contando para tanto com a cumplicidade dos governos:

A imediata e quase universal reação dos produtores às suas taxas de lucro marcadamente reduzidas foi tentarem compensá-las reduzindo os custos diretos e indiretos da mão-de-obra. Apoiados por governos sempre mais convenientes, os empregadores por todo o mundo capitalista avançaram um ataque cada vez mais agressivo às organizações e padrões de vida dos

trabalhadores. Obtiveram sucesso com surpreendente velocidade, ademais, em asfixiar o crescimento dos salários reais e dos encargos sociais, aliviando de muito, já durante a década de 1970, a pressão sobre os lucros advinda do crescimento dos custos diretos e indiretos da mão-de-obra (BRENNER, 2003, p. 65\6).

Paul Sweezy (1986) enfoca no aumento dos gastos com capital variável, e citando Marx afirma que as crises são precedidas por um aumento real no salário dos trabalhadores, com a conseqüente elevação dos gastos com a parte do produto anual destinado ao consumo (SWEEZY, 1986). Assim, a crise é provocada pelo aumento real no salário dos trabalhadores elevando o valor do capital variável:

Haveria uma queda acentuada e súbita na taxa média de lucro, mas seria provocada por uma modificação na composição do capital que não seria causada pelo desenvolvimento das forças produtivas, mas por uma elevação no valor monetário do capital variável (devido ao aumento dos salários) e à correspondente redução da proporção do trabalho excedente em relação ao trabalho necessário (MARX apud SWEEZY, 1986, p. 126).

Sobretudo nos EUA onde o salário real cresceu se aproximando da produtividade do trabalho, achatando os lucros, o que explica menor taxa de lucro nos EUA se comparado a países como Alemanha e Japão.

Também Ernest Mandel afirma que a crise capitalista resulta da superprodução de valores de troca, o excesso de mercadorias dificulta garantir a elevação do lucro médio, ocorrendo uma desorganização geral na produção das mercadorias, marcando o início da tendência à queda a longo prazo da taxa média de lucro em fins dos anos 60; e por sua vez a capacidade excedente reforça a especulação sobre as matérias primas (MANDEL, 1990). Também a estagnação dos mercados consumidores se tornou uma barreira para a recuperação da taxa média de lucro e por fim, a situação se agrava gerando a superacumulação de capital-dinheiro (MANDEL, 1990, p. 225). Toda essa “anarquia da produção” resulta de que os capitalistas individuais desconhecem as proporções corretas nas quais os vários artigos são produzidos, sendo que ora mais ora menos mercadorias são produzidas gerando as próprias inconstâncias das condições de produção.

François Chesnais também argumenta que na década de 1970 as contradições capitalistas se intensificam, diminuindo a rentabilidade do capital investido na indústria, o que resulta em transformações no processo de acumulação capitalista, e assim o capital mobilizado encontraria novas formas de valorização puramente financeiras (CHESNAIS, 1996), somando-se a isso o aumento das dívidas e crise fiscal do estado, que na verdade se traduziu na “multiplicação dos lucros bancários” (CHESNAIS, 1996, p. 256) reforçando a valorização puramente financeira.

Já para os teóricos da Escola Regulacionista o fim da harmonização entre os ramos da produção marca o fim da forma de inserção social durante o regime de acumulação fordista, que era a de estar submetido à relação salarial. Para estes teóricos, o regime de acumulação fordista (intensivo-extensivo) marcou a harmonização entre os dois departamentos da produção (que se divide em produção de meios de produção e produção de bens de consumo) assim embora tenha havido aumento da composição orgânica do capital essa foi correspondida com diminuição do valor unitário dos meios de produção e elevando a taxa de mais-valia ao diminuir o valor da força de trabalho social, isto através da formação de uma nova estrutura de consumo dos trabalhadores tendo a “moradia social média e o automóvel” como seus pilares (PICHLER, 1988, p. 21).

Mas o limite do modelo fordista são as próprias condições sociais em que está inserido o processo de trabalho caracterizado pela articulação da produção com o consumo de massas, o que engendra importantes mudanças no processo produtivo ao elevar a capacidade produtiva e isto requer condições sociais próprias da circulação de mercadorias em rápido aumento. A necessidade de elevar a produtividade tem como efeito aumentar os custos dos meios de produção empregados resultando numa “rigidez técnica do sistema de máquinas”: “(...) a inversão se alimenta a si mesma em escala sempre superior, que a ampliação dos mercados se faça a qualquer preço e que se elevem os riscos de desvalorização do capital fixo imobilizado” (AGLIETTA *apud* PICHLER, 1988, p. 19). Assim, a desestabilização do regime de acumulação intensivo ocorre na medida em que não dá mais lugar a “mudanças técnicas que se traduzem em uma intensificação da mecanização do trabalho que economize tempo de trabalho direto na medida suficiente para compensar e superar a elevação da composição orgânica do capital” (AGLIETTA *apud* PICHLER, 1988, p. 23); o que se agrava com a diminuição do poder aquisitivo dos trabalhadores e o crescimento dos custos do consumo coletivo, afetando a demanda efetiva (*Ibidem*).

As partes que compõem o valor da mercadoria (capital constante e capital variável), sofrem elevação de seu custo, juntamente com o não-crescimento do mercado consumidor no ritmo necessário para a circulação e acumulação crescentes de capital. Soma-se a essa situação a ocorrência da contestação dos vários movimentos da classe trabalhadora e de outros grupos oprimidos (estudantes, movimento feminista, movimento negro, indígenas, etc.), mas conquanto a classe detentora dos meios de produção e das instituições reguladoras da reprodução da sociedade capitalista, sobretudo do estado, mantiver o domínio das condições de produção terá essa classe o poder e a capacidade de

definir a forma de organização da sociedade. A superação da crise veio como uma ofensiva da classe capitalista sobre a organização e sobre as condições materiais de trabalho, que resultaram na exploração intensiva do trabalho, cuja produção de molde toyotista é a determinação fundamental e modelo ontológico⁶.

Thomas Gounet em sintético artigo intitulado “*El toyotismo o el incremento de la explotación*” demonstra que com a crise de 1973 as empresas dos países de capitalismo avançado situadas no Ocidente passaram a correr atrás do novo segredo de produção da empresa Toyota, no Japão, para alcançar níveis elevadíssimos de produtividade com a contenção dos custos da força de trabalho, ou mesmo com a redução do trabalho imobilizado na produção. Segundo Gounet as multinacionais ocidentais perceberam que a empresa Toyota estava baseada em um outro sistema de produção sob o qual conseguiam elevado “incremento de la explotación de los trabajadores” (GOUNET, 2013, p. 8) o que estava lhe conferindo posição de liderança no mercado mundial de automóveis, conseguindo tal feito através de inovações tecnológicas e organizacionais no processo de trabalho e na elevação da velocidade acelerada do maquinário e nos métodos organizacionais como diria Marx. Listamos abaixo as principais características da produção toyotista levantadas por Gounet e percebemos como estas vão ao encontro do apontamento de Marx sobre os métodos de se aumentar extração de mais-valia sem aumentar a massa de trabalhadores:

- A) *automação*: máquinas capacitadas a pararem a produção caso ocorra algum incidente, seu funcionamento dispensa vigilância constante por parte do operário, liberando-o para manipular várias máquinas simultaneamente, importante instrumento para elevação da produtividade;
- B) *sistema just in time*: se baseia na diminuição dos estoques, manipulando a quantidade de matérias-primas e auxiliares no momento exato da produção, gestão inversa da produção fordista, primeiro se vende um produto logo depois é produzido, tendo em conta a quantidade exata de componentes necessário para cada etapa da produção, em outras palavras, com o fim dos estoques a demanda

⁶ Evidenciar a realização histórica do toyotismo como um modelo ontológico da atual forma das relações sociais apresenta-se como etapa necessária para a devida caracterização desse fenômeno histórico e social e das várias faces que expressa, como modelo ontológico a análise do toyotismo é o fim condutor para a análise de inúmeros outros fenômenos que surgem no seu interior e derivado de sua manifestação original: “Como qualquer outros conceitos-modelo, tais como “fordismo” ou “keynesianismo”, o de “toyotismo” só se constituiu como “modelo ontológico” da produção capitalista na era da mundialização do capital quando assumiu uma concretude universal. Ele sintetizou, sem esgotar, o fenômeno de uma nova lógica da produção sistêmica do capital. Passou a representar nos traços essenciais, as exigências necessárias da produção capitalista a partir da Terceira Revolução Tecnológica e Científica”. (ALVES, 2013, p. 7).

- (mercado) fixa a quantidade e as características do produto, resultando em diminuição da inversão de capital e maior racionalização do processo de trabalho;
- C) *trabalho em grupo ou team work*: permite a racionalização do trabalho a partir do tempo coletivo para a realização de determinada etapa do trabalho, expande o tempo de produção para além da atividade individual, diminuindo o tempo de trabalho racionalizando o trabalho em equipe;
- D) *"management-by-stress"*: gestão por estímulos, interiorizar no trabalho em grupo as dinâmicas e pressões da produção;
- E) *flexibilidade do trabalho*: operários têm que se adaptar às variações da produção que ocorrem com as variações do mercado, podendo trabalhar mais em determinadas épocas ou serem dispensados em momentos de contração das vendas, esse movimento resulta em instabilidade nos rendimentos do trabalhador, trabalho e salário variável, ainda mais, variações na produção exigem trabalhador polivalente, trabalhando em vários postos de trabalho, inclusive em instalações diferentes;
- F) *pirâmide de subcontratação*: A empresa Toyota concentra sua produção em montagem e fabricação de peças fundamentais como o motor, o restante dos produtos é feito por empresas subcontratadas, o que permite reduzir drasticamente os custos de produção, se aproveitando dos salários mais baixos e das maiores jornadas de trabalho nas empresas subcontratadas, que estão ordenadas segundo a escala dos produtos e serviços que prestam à montadora central, direta ou indiretamente, quanto mais baixa a posição da empresa subcontratada maior precarização do trabalho;
- G) *gestão participativa*: resulta de contenção dos sindicatos, da implementação do controle de qualidade que envolve os trabalhadores na melhoria da qualidade da produção e, por fim, o sistema de ascensão no interior da empresa, trabalhador entra como temporário, ascende ao emprego por tempo indeterminado, alguns são nomeados chefes de grupos e finalmente quadros de gerência da produção, buscando assim desenvolver o padrão de operários como pequenos gerentes, responsáveis pelo bom andamento da produção e por atingir as metas de produção, a gestão participativa precede de um movimento de fasciscitização das relações sociais no interior da empresa, processo de transformação da consciência do trabalhador o torna solidário ao patrão e insensível aos outros trabalhadores, ao seu igual;

H) *incremento da exploração*: aumento do ritmo de trabalho, dois importantes instrumentos são o trabalho em equipe (*team work*) e a subcontratação: primeiro permite aumento do controle da direção sobre o processo concreto de produção efetuado pelos trabalhadores, aumento máximo do tempo de trabalho; e a subcontratação que permite os empregadores se aproveitarem de piores condições de trabalho, que incluem salários mais baixos, maior jornada de trabalho, menor proteção social do trabalho, incrementar a flexibilidade, ameaças de piores condições de trabalho, segmentar a classe trabalhadora, individualizar o operário em sua condição específica dentro da rede da empresa (GOUNET, 2013).

Antunes (2002) nos esclarece que essa nova forma de produção transforma as relações sociais de produção, possibilitando a emergência da unificação histórica das duas formas de extração de mais-valia: por um lado intensifica-se o processo de trabalho através da manipulação simultânea de várias máquinas e do aumento da velocidade da cadeia produtiva com o sistema de luzes (*kanban*), isto é, eleva-se a extração de mais-valia relativa; e por outro lado, a aplicação de movimentos de extração de mais-valia absoluta como através do aumento da jornada de trabalho semanal de 48 para 52 horas, expansão do trabalho em meio-período, divisão sexual do trabalho que reduz custos com força de trabalho em determinados setores da classe trabalhadora, e o aumento da utilização da força de trabalho imigrante (ANTUNES, 2002, p. 11\12). A mágica da produtividade toyotista parece incrível (obviamente na lógica do capitalista) quando se descobre que além da extensão e intensificação do processo de trabalho o aumento da produtividade é obtido através da diminuição do número de trabalhadores empregados no interior da empresa com correspondente aumento da precarização (hora-extra, terceirizados, subcontratados, trabalho temporário) fora da empresa, na medida em que 75% da produção se encontra descentralizada (Ibidem).

Nesse sentido, para Antunes a expansão da produção Toyotista se tornou viável quando esta se mostrou a única opção possível para superar a crise de acumulação que os países de capitalismo avançado vinham passando com a intensificação dos limites e contradições da acumulação intensiva; assim, a superação veio com a “*via japonesa de consolidação do capitalismo industrial*” através da incorporação de “um inovado e altamente integrado sistema de organização da produção” (SAYER *apud* ANTUNES, 2002, p. 8). Esse movimento foi maior principalmente nos países de capitalismo desenvolvido, onde é elevadíssima a concentração de capitais como nos EUA, Alemanha, Suécia, norte da Itália e aos poucos foi se generalizando para os países periféricos.

Seguindo as análises de Bolthanski e Chiapelo (2009) sobre a realidade do sistema produtivo francês dispomos de um amplo quadro de transformações na organização do trabalho que ocorreram através das inovações da reestruturação produtiva posterior à década de 1970. Na linguagem dos dois autores, a nova realidade de organização da produção está fundamentada na acumulação flexível de capital, que impõe a organização flexível do trabalho:

Eixo da nova redistribuição FLEXIBILIDADE: interna: transformação da organização do trabalho em rede, objetivo é desenvolver polivalência, autocontrole, e autonomia do trabalho; externa: subcontratação, mão de obra maleável, empregos precários, temporários, trabalho autônomo, tempo parcial, horários variáveis (CHIAPELLO & BOLTHANSKI, 2009, p. 240).

Para os autores o objetivo maior das inovações era o de eliminar todas as barreiras à acumulação de capital, o que no caso da organização do trabalho se obtém ao diminuir custos com a força de trabalho, jogando para cima dos trabalhadores individualizados todo o ônus da reprodução da força de trabalho. A flexibilização externa referida por Boltanski e Chiapello referem-se às regulamentações, sobretudo as estabelecidas pelo estado, sobre a força de trabalho e sobre o mercado de trabalho; nesse sentido, juntamente à flexibilização da organização do trabalho foi necessária a flexibilização das normas que regulamentam a mobilização de trabalho, que para os autores se expressa no novo contrato comercial entre prestadores de serviço, substituindo o antigo contrato de trabalho (Ibidem, 2009).

Seguindo esse enfoque de análise, Vasapollo (2006) descobre nas alterações da legislação italiana, no ano de 1997, e no projeto conhecido como “Pacto para a Itália”, a intenção de criar as condições sociais para a intensificação do trabalho ao introduzir novas formas de contratação como o trabalho temporário, estágios de aprendizado, trabalho em meio período, estabelecimento de trabalhos socialmente úteis, formação profissional (VASAPOLLO, 2006, p. 46\7) institucionalizando o que o autor chama de formas de trabalho atípico, que são pessoas inseridas no mercado de trabalho por meio de bolsas de estudo e aprendizado, planos de recolocação profissional, contrato temporário de idosos, trabalhos socialmente úteis, contratos atípicos na administração pública. Para Vasapollo a nova legislação é a responsável por desestruturar a antiga organização do trabalho, na medida em que seus resultados contribuem com a “globalização neoliberal e internacionalização dos processos produtivos” (Ibidem, p. 52), quando a nova legislação logra institucionalizar a intensificação da exploração do trabalho, ao não questionar a elevação dos acidentes de trabalho e as enfermidades, e compactuando com o aumento da pobreza de sua própria força de trabalho.

Aqui, se faz necessário explicar porque não adotamos o nome de regime de acumulação flexível. Não o adotamos por considerarmos que esse termo vem sendo utilizado acriticamente na busca de explicar os mais diversos fenômenos que surgem com a produção toyotista, desde o corte nos direitos sociais, passando pela legislação estatal, como a própria organização do trabalho. Por outro lado, o termo flexível não consegue expressar a realidade histórica e social que é a intensificação da exploração do trabalho, assim, se ocorre o aumento da perversidade da exploração do trabalho o termo flexível fica a meio caminho de ser a expressão teórica desse processo (VIANA, 2009).

A criação social fundamental para a organização do trabalho na acumulação integral é a produção toyotista, muito embora esta seja um aprimoramento e intensificação das técnicas e organização fordista esta representa algo de novo ao possibilitar tanto intensificar o ritmo do processo de trabalho quanto estender a jornada de trabalho através do desempenho de múltiplas atividades, extensão das atividades para outros horários que o horário restrito de trabalho, eliminação dos direitos sociais que limitavam a exploração do trabalho, etc., na verdade, trata-se de fazer da jornada de um dia, um dia de jornada de trabalho ao realizar atividades das mais diversas formas⁷; não se concebe o trabalhador somente como mera massa física, mas também como mercadoria dotada de subjetividades que lhe podem auferir maior taxa de mais-trabalho, como é o aprimoramento da expropriação do saber-fazer dos trabalhadores.

Esta forma de organização intensifica a tendência existente na sociedade capitalista de ampliar o tempo de sobre-trabalho, o tempo a mais sobre a jornada de trabalho necessário para a reprodução da força de trabalho. Este tempo a mais, como vimos, pode ser aumentado tanto absolutamente ao estender a jornada total de trabalho, quanto relativamente, ao ser intensificado o tempo de trabalho excedente. Como diversos estudiosos vêm ressaltando, a luta de classes gira em torno do tempo de trabalho, os capitalistas tentando aumentá-la, enquanto os trabalhadores procuram no imediato diminuir o tempo de sobre-trabalho juntamente com aumento dos salários (MANDEL, 1990; MÉSZÁROS, 2006; ANTUNES, 2002; ANTUNES, 2006; VIANA, 2009).

A organização do trabalho na era da acumulação integral intensifica a utilização de instrumentos tecnológicos e organizacionais na tentativa de aumentar a extração de mais-trabalho, e ao conseguir elevar o grau de exploração empreende o que Mandel

⁷ “toyotismo inaugura um novo patamar de intensificação do trabalho, combinando fortemente as formas relativa e absoluta da extração da mais valia” (ANTUNES, 2002, p. 11).

chamou de “agressão massiva” do capital contra o trabalho como necessária para superar a crise instaurada em meados dos anos 70, por meio de uma “ofensiva de austeridade” (MANDEL, 1990, p. 230) contra os custos da força de trabalho.

As novas máquinas, ferramentas, instalações, enfim, a parte constante do capital, passam por outro processo de renovação, que foi chamada de “Terceira revolução industrial” (SOARES, 2002) através da generalização da informacionalização da produção e da automatização auto-regulável prescritas no modelo inglês e norte-americano (CHESNAIS, 1996, p. 35); bem como da introdução da microeletrônica (ANTUNES, 2002, p. 17); da telemática e o surgimento da empresa em rede (ALVES, 2013, p. 9). Podemos entender esses novos instrumentos como uma revolução nas forças produtivas da sociedade capitalista, ao garantir um salto qualitativo nas estratégias de aumento da extração de sobre-trabalho, sendo complementados com as transformações nos métodos de organização (*just-in-time, kan-ban, etc*) e que reconfiguram as relações sociais de produção intensificando a disciplina do trabalho, a gerência, o controle e a maior subordinação dos trabalhadores. A organização toyotista do trabalho vai configurando-se como a maximização do grau de exploração do trabalho, intensificar o trabalho o quanto o trabalhador aguentar, com a correspondente diminuição do tempo disponível, na medida em que tempo de trabalho necessário avança sobre as capacidades produtivas úteis, essa parte da vida humana é negada, pois dela o capital não pode extrair lucros⁸.

Geraldo Augusto Pinto⁹ faz um levantamento das inovações tecnológicas e organizacionais realizadas no Brasil desde a década de 1980 que nos é útil para a visualização das novas estratégias colocadas em prática para se aumentar a extração de mais-trabalho na acumulação integral. Nesse período inicia-se a utilização da microeletrônica na produção brasileira, concentrando nas indústrias do ramo metal-mecânico, automotivo, petroquímico e siderúrgico com o auge dessas inovações tecnológicas introduzindo o emprego das “máquinas-ferramentas com comando numérico”, utilização de robôs, sistemas flexíveis de manufaturas e do sistema CAD\CAM (*computer aided design\computer aided manufacturing*) (PINTO, 2002, p. 79); aqui, como vimos nas estratégias para aumento de mais-valia relativa, trata-se de

⁸ MÉSZÁROS, 2006, p. 43.

⁹ Pinto é o autor do artigo *Uma introdução à indústria automotiva no Brasil*, presente no livro *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*, organizado por Ricardo Antunes. No artigo o autor publiciza os resultados de sua dissertação de mestrado intitulada: *Reestruturação produtiva e organização do trabalho na indústria de auto-peças no Brasil*.

diminuir a quantidade de trabalho vivo aumentando a parte do capital constante tendo como objetivo elevar a produtividade e reduzir os gastos com a força de trabalho, segundo Pinto e Alves essa é a explicação para o crescimento da produção com diminuição dos postos do trabalho (PINTO, *Ibidem*; ALVES, 2013).

Temos aqui, a título de exemplo, as inovações mais genéricas e fundamentais difundidas mundialmente pela acumulação integral como junção de “inovações organizacionais (como programas de qualidade, tecnologia de grupo, manufatura celular, *just in time*, etc.) assistidos por sistemas computadorizados” (PINTO, 2006, p. 80). Contudo, não significa homogeneidade na aplicação dessas inovações, pois como Ricardo Antunes (2002) enfatiza, no Brasil as inovações na organização do trabalho estiveram acompanhadas pela continuidade de elementos da acumulação fordista, como a divisão rígida do trabalho, padronização e individualização das tarefas executadas, caracterizando aqui uma heterogeneidade no sistema produtivo, o que na Europa aparece como desmonte, transferência e minimização do sistema produtivo¹⁰.

Considerações finais

A especificidade histórica da sociedade capitalista é a produção de mais-valia, a apropriação do tempo excedente de trabalho pela classe não-trabalhadora. A força da sociedade capitalista está em que todo seu império de mercadorias foi criado em cima da criação de outros, da atividade produtiva daqueles que não possuem nada, além de sua massa física, denominada força de trabalho e que se encontra em direta oposição aos detentores dos meios de produção, das condições de trabalho. Nesse sentido, uma de nossas primeiras conclusões no presente trabalho é a de que através do surgimento histórico e dos desdobramentos ulteriores da sociedade capitalista se torna evidente que a intensificação da própria exploração social é a maior força que se avoluma no interior do horizonte histórico da sociedade capitalista, possuir valores de uso para desfrute do luxo pessoal não é nada mais que um momento do processo maior de apropriação do sobre-trabalho e exploração social.

Sendo a classe dominante na sociedade capitalista os detentores dos meios de produção, estes possuem também a hegemonia de definir o desenvolvimento do modo de produção capitalista, hegemonia essa que enfrenta duas grandes barreiras: de um lado, a

¹⁰ Processo que Antunes (2002) denomina de liofilização social.

resistência do movimento organizado dos trabalhadores, que em suas fases iniciais objetiva uma maior parte na divisão do produto social e que em momentos de radicalização da luta de classes apresentam a ruptura com a produção capitalista como uma necessidade histórica possível através da transformação revolucionária; e por outro lado, a tendência declinante da taxa de lucro, que resulta do próprio desenvolvimento da produtividade capitalista, impõe a necessidade de transformação das condições de produção em busca da constante e crescente necessidades de mais lucros, de mais capital. E assim, surgem novas formas de extração de mais-valia manipulando os instrumentos que a classe capitalista dispõe para seu domínio, a força de trabalho alheia e os meios de produção, o que histórica e socialmente se traduz em novos regimes de acumulação que renovam o modo de produção capitalista.

A nossa terceira conclusão é a de que a última forma de apropriação do tempo a mais de trabalho se caracteriza pela intensificação e universalização da exploração social o que aprofunda ainda mais a transformação do mundo social em mundo-mercadoria. O que denominamos de regime de acumulação integral busca ser a expressão teórica do movimento real de intensificação da exploração e mercantilização das relações sociais. Como buscamos demonstrar, esse novo regime de acumulação surge como resposta capitalista à crise das relações de produção ocorrida desde fins dos anos 60 e durante a década de 70, e como ofensiva da classe dominante objetiva tão-somente conservar e intensificar as relações de exploração que lhe sustentam. Acontece que as novas bases do regime de acumulação integral não conseguiram estabelecer uma exploração mascarada que envolvesse a classe trabalhadora na sociedade capitalista, ao contrário, sua resposta foi a de justamente intensificar a exploração social em busca de aumento da lucratividade, o que vem sendo conseguido com cada vez mais dificuldade, o que é comprovado pelas constantes crises econômicas que marcam o atual estágio da acumulação capitalista.

Referências Bibliográficas

ALVES, Giovani. *Toyotismo e Neocorporativismo no sindicalismo do século XXI*. Disponível em <http://revistaoutubro.com.br/blog/edicoes-anteriores/revista-outubro-n-5/> Acessado em 05 Janeiro de 2013.

ANTUNES, Ricardo. *Toyotismo e novas formas de acumulação do capital*. CADERNO CRH, Salvador, n. 37, p. 23-45, jul./dez. 2002.

_____. (Org.). *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2009. *O novo imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

BRENNER, Robert. *O boom e a bolha: os Estados Unidos na economia mundial*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003.

CHESNAIS, François. *A Mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

DEJOURS, Christophe. *A banalização da injustiça social*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

FILHO, Alfredo Saad. *Salário e exploração na teoria marxista do valor*. In *Economia e Sociedade*, Campinas, (16): 27-42, jun. 2001.

GOUNET, Thomas. *El toyotismo o el incremento de la explotación*. Disponível em: <http://jcleon.superforos.com/viewtopic.php?p=4487&sid=2ecc112a469f896e467fc9880668b296>. Acessado em 05 Janeiro de 2013.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 1998.

_____, *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004.

MATTICK, Paul. *Integração capitalista e ruptura operária*. Porto: A Regra do Jogo, 1977.

MANDEL, Ernest. *A crise do capital: os fatos e sua interpretação marxista*. São Paulo: UNICAMP: Ensaio, 1990.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Volume I. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

_____. *O Capital: crítica da economia política*. Volume III. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MESZÁROS, István. *Desemprego e precarização: um grande desafio para a esquerda*. In *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. ANTUNES, Ricardo. São Paulo: Boitempo, 2006.

PICHLER, Arno. *A relação salarial fordista*. Porto Alegre: Ensaio FEE, pgs. 97-129, 1988.

PINTO, Geraldo Augusto. *Uma introdução à indústria automotiva no Brasil*. In *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. ANTUNES, Ricardo (Org.) São Paulo: Boitempo, 2006.

SOARES, Laura. *Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina*. São Paulo: Cortez, 2002.

SWEEZY, Paul. *Teoria do desenvolvimento capitalista*. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

VASAPOLLO, Luciano. *O trabalho atípico e a precariedade: elemento estratégico determinante do capital no paradigma pós-fordista*. In Riqueza e miséria do trabalho no Brasil. ANTUNES, Ricardo (Org.) São Paulo: Boitempo, 2006.

VIANA, Nildo. *Universo psíquico e reprodução do capital. Ensaios freudo-marxistas*. São Paulo: Escuta, 2008.

_____. *O capitalismo na era da acumulação integral*. São Paulo: Idéias e Letras, 2009.

WALLERSTEIN, Immanuel. *O capitalismo histórico*. São Paulo: Brasiliense, 1985.